

OS BICHOS DO CAMPO NA CIDADE: formas de habitar as margens de Pelotas, extremo sul do Brasil¹

*THE ANIMALS FROM THE COUNTRYSIDE IN
THE CITY: ways of inhabiting the margins of
Pelotas, extreme south of Brazil*

Flávia Rieth^{*1}

Daniel Vaz Lima^{**1}

Vagner Barreto Rodrigues^{***1}

Palavras-chave:
Bichos do campo;
Pelotas; Banhados;
Margens.

Resumo: Este ensaio reflete etnograficamente sobre a presença dos animais na cidade, a partir do trabalho de campo nas margens de Pelotas, extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil. A proposta busca fazer aparecer as coisas, para “descobrir caminhos” e “educar a atenção”, com foco nas linhas emaranhadas produzidas por humanos, bichos e outras vidas, conforme a diversidade vivida por seus habitantes em múltiplos territórios e temporalidades. Pensa, assim, uma Pelotas praticada desde suas margens, nos “bairros”, “vilinhas” e “doquinhas” às beiras do Canal São Gonçalo e da Lagoa dos Patos, a partir de outras formas de habitar. Nossas andanças são acompanhadas por carroceiros, pescadores artesanais, pecuaristas, campeiros, catadores, atentos às linhas de vida da cidade, sobre as quais a especulação, a financeirização e a verticalização urbana avançam, desencadeando conflitos. Nesse sentido, destacamos as relações com os bichos do campo em Pelotas, possibilitando outras leituras sobre as cidades

1 Recebido em 06 de maio de 2024; aceito para publicação em 06 de junho de 2024.

^{*1} Doutora em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt-UFPel). Email: riethuf@uol.com.br.

^{**1} Doutor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt-UFPel). Email: danielvazlima87@gmail.com.

^{***1} Doutorando em Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: vagnerbarreto@ufpr.br.

“modernas”, por meio da etnografia nas periferias do urbano e da presença remanescente da pecuária no Rio Grande do Sul.

Keywords:
Animals from the
countryside; Pelotas;
Wetlands; Margins.

Abstract: *This essay reflects ethnographically about the presence of animals in the city, based on fieldwork on the margins of Pelotas, extreme south of Rio Grande do Sul, Brazil. The proposal aims to reveal things, to "discover paths" and "educate attention," focusing on the tangled lines produced by humans, animals, and other life forms, according to the diversity experienced by their inhabitants in multiple territories and temporalities. Thus, it envisions a Pelotas practiced from its margins, in the 'neighborhoods,' 'little villages,' and 'small docks' along the São Gonçalo Canal and Lagoa dos Patos, based on other ways of inhabiting. Our wanderings are accompanied by cart drivers, artisanal fishermen, livestock farmers, campeiros, scavengers, attentive to the city's lines of life, upon which speculation, financialization, and urban verticalization advance, triggering conflicts. In this sense, we highlight the relationships with countryside animals in Pelotas, enabling other interpretations about the "modern" cities through ethnography in the urban peripheries and the remaining presence of livestock farming in Rio Grande do Sul.*

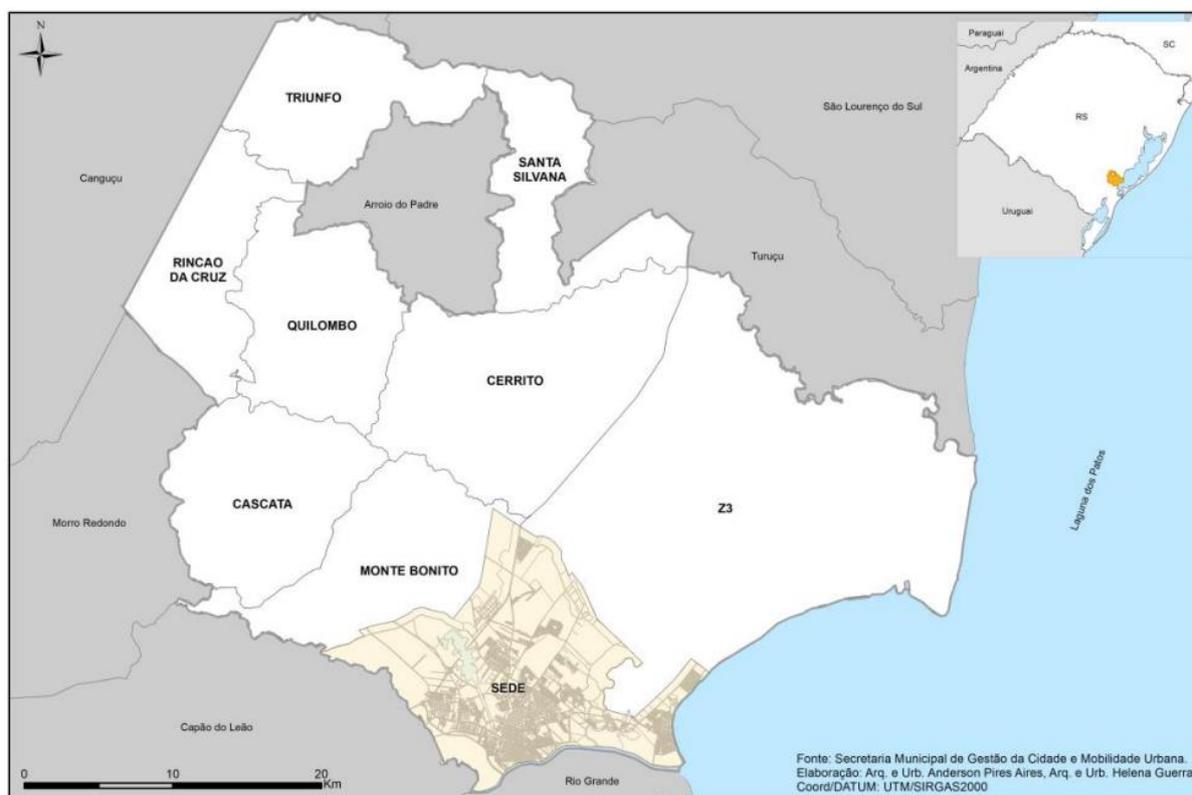
Introdução: Margem e Centro

“Ao jantar, Phillipe relata seu passeio de reconhecimento pelas ruas centrais, tudo muito civilizado, há belas casas, pessoas elegantes, chafarizes, e uma igreja muito chique. Admirou-se com a sobriedade da Biblioteca Pública, da Câmara e da Santa Casa; o Teatro Sete de Abril, embora pequeno, é de muito bom gosto. Irá escrever a seus amigos de Paris e Viena, dando conta de que Pelotas não pode ser considerada aquela selva que afirmavam.”

Luiz Antonio de Assis Brasil, *Um castelo no pampa* (1992)

Este ensaio reflete etnograficamente sobre a presença dos animais na cidade, a partir do trabalho de campo nas margens de Pelotas, no extremo sul do Rio Grande do Sul, Pampa brasileiro. A “Princesa do Sul” está localizada na encosta inferior da Serra dos Tapes, às margens do Canal São Gonçalo, ligação natural entre a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim (VIEIRA, 2020). Possui uma das maiores populações sul-riograndenses e é a mais populosa na “metade sul” do Estado, com mais de 325 mil habitantes. Pelotas é considerada uma cidade “universitária”, “histórica” e “turística”, com um conjunto arquitetônico composto por “casarões”, charqueadas, praças e outras edificações tombadas, bem como pelas Tradições Doceiras, registradas enquanto Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro em 2018 (RIETH *et al.*, 2008; IPHAN, 2018).

Mapa 1: Mapa Distrital de Pelotas/RS

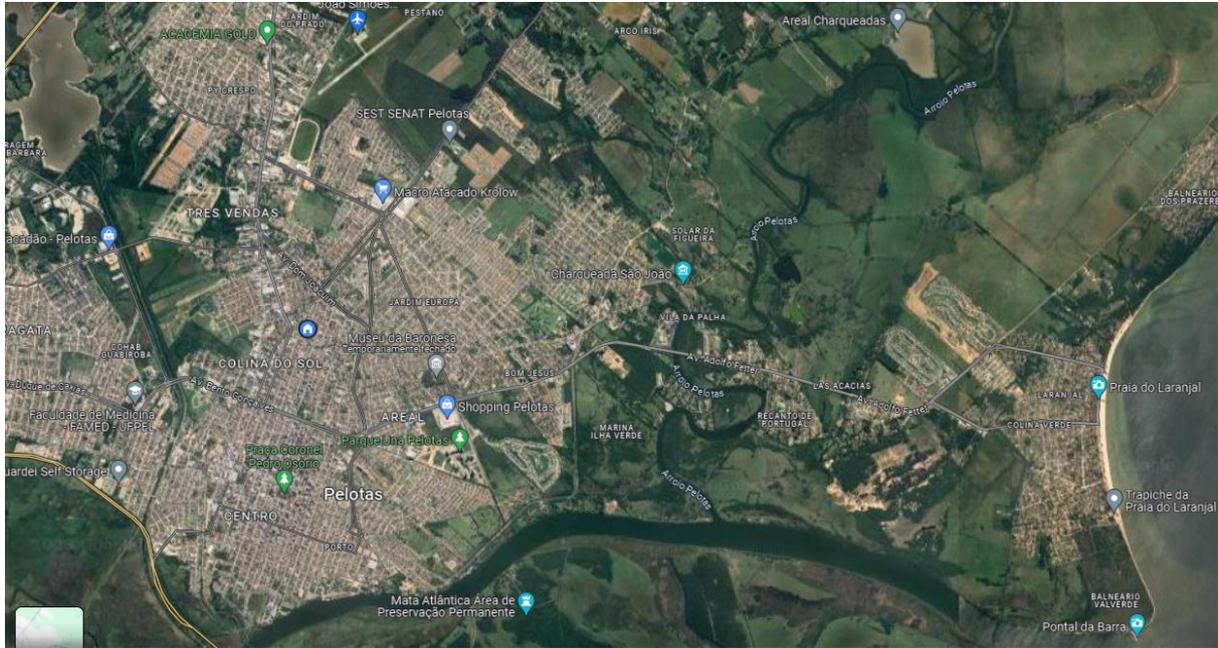


Fonte: Prefeitura de Pelotas (2019).

Nas diversidades e nas desigualdades que marcam as formas de habitar Pelotas, emanam alguns dos traçados fundadores da cidade, a qual, como muitas outras, teve Paris como modelo de vida “moderna”. Conforme o Plano Diretor, o município é composto por nove distritos: 1° Distrito-Sede ou Área Urbana, 2° Distrito-Colônia Z3, 3° Distrito-Cerrito Alegre, 4° Distrito-Triunfo, 5° Distrito-Cascata, 6° Distrito-Santa Silvana, 7° Distrito-Quilombo, 8° Distrito-Rincão da Cruz e 9° Distrito-Monte Bonito. A Área Urbana de Pelotas está dividida em sete Regiões Administrativas: Areal, Barragem, Centro, Fragata, Laranjal, Porto/São Gonçalo e Três Vendas (as quais os moradores chamam de “bairros”). As mesmas são fragmentadas em inúmeros outros “bairros” e “vilas”, títulos oficiosos que nomeiam popularmente locais (como Py Crespo, Barro Duro, Guabiropa, Cohab Tablada, Dunas, Vila Princesa, entre outros). Há diversas “vilinhas”, “bequinhos”, “ruazinhas”, “doquinhas”, “apartamentos” (conjuntos de prédios populares). Dessa forma, as compreensões do “centro” e da “periferia”, bem como do “rural” e do “urbano”, são pensadas neste trabalho através de suas des-continuidades, mais do que por suas oposições. Muitos moradores das periferias têm origem na “colônia”, na área “rural”, pois são filhos ou netos das populações rurais que migraram para a periferia; da mesma forma, áreas “urbanas” apresentam práticas do “campo”,

incluem regiões “rurais”, com campo, onde os moradores criam vacas, ovelhas, porcos, cavalos, galinhas e outros bichos.

Imagem 1: Área Urbana de Pelotas



Fonte: Google Maps (2023).

Pelotas foi uma das principais cidades imperiais ao longo do século 19, graças às charqueadas instaladas às margens do Canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas, fábricas de “charque”, carne salgada, com vasta utilização de escravizados. Na década de 1820, o núcleo charqueador que daria origem à cidade de Pelotas contava com 22 estabelecimentos. Em 1870, o conjunto chegou a ter 38 charqueadas. As condições de trabalho nesses estabelecimentos foram descritas por cronistas como extremamente penosas, com jornadas estafantes, má alimentação e castigos (DREYS, 1839; SAINT-HILAIRE, 2002; LIMA *et al.*, 2017; RIETH *et al.*, 2022).

Durante o período, o núcleo urbano foi organizado a certa distância das charqueadas e destinado às residências das famílias dos charqueadores, levando em conta a presença e o trânsito dos escravizados e das tropas pelo Canal São Gonçalo. A área central servia para ostentação da riqueza e do prestígio, bem como da ambiguidade e da contradição da sociedade que ali se consolidou. Nos debates das elites do século 19, as reclamações sobre a sujeira, sobre a ausência de saneamento, sobre a circulação do gado, sobre o abate dos bichos, eram intercaladas com demandas pelo aumento das forças de segurança para proteção dos cidadãos. Os habitantes do campo, muitas vezes, eram vistos como “rústicos” e perigosos ao transitar livremente próximo ao centro. Assim, o planejamento urbano foi acompanhado por “códigos de posturas” e pela formação de “guardas”, cujo objetivo era manter a “civildade”, onde negros

escravizados e livres, peões, indígenas, camponeses e animais estavam à margem (ALAM, 2007; ÁVILA *et al.*, 2018).

Isso nos leva a uma “etnografia das margens”, entendendo a margem não como um fato sociocultural ou geográfico, mas como uma oportunidade para “aprender o limite do que existe” (AGIER, 2015). A proposta busca fazer aparecer as coisas, para “descobrir caminhos” e “educar a atenção” (INGOLD, 2015), com foco nas linhas emaranhadas produzidas por humanos, animais e outras vidas, conforme a diversidade vivida por seus habitantes em múltiplos territórios e temporalidades (ECKERT, ROCHA, 2013). Pensamos, assim, uma Pelotas praticada desde suas margens, nos “bairros”, “vilinhas” e “doquinhas” às margens do Canal São Gonçalo e da Lagoa dos Patos, a partir de outras formas de habitar. As atividades integram ações de ensino, pesquisa e extensão junto ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (Geeur)² no Bacharelado e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt-UFPel). Por meio das atividades de de caminhadas, estudantes e interlocutores se debruçam sobre a existência de escalas e trânsitos entre o “rural” e o “urbano”, o “centro” e a “periferia”, o “moderno” e o “anti-moderno” (RIETH *et al.*, 2019a; RIETH *et al.*, 2019b).

As reflexões aqui presentes são resultados de trabalhos de campo junto ao grupo de estudos “Narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação”. Enquanto grupo de pesquisa e extensão, trazia a proposta de um olhar para as diferentes dimensões de uma cidade plural, aprofundando as reflexões sobre as fronteiras e as suas margens, constituídas sob as dinâmicas de diferentes produções de sentido. A experiência urbana dos habitantes do Passo dos Negros, humanos e não humanos leva a relativização das noções de fronteiras e margens, enquanto territorialidades específicas e maneiras de “fazer a cidade” (AGIER, 2011), e estabelecem diálogos com definições normativas, estatísticas e urbanísticas. Ao mesmo tempo, evidenciam as margens como uma possibilidade de existência em prol da imagem de uma degradação da condição humana. Junto às denúncias da mercantilização da vida pela financeirização urbana, a etnografia no Passo dos Negros evidencia as alternativas para a dignidade humana e as resiliências nos vínculos com o território.

A proposta do ensaio acompanha algumas provocações de autores como Michael Taussig (2015, 2018), nas quais o antropólogo expõe a adversidade que os “banhados” [*swamps*] apresentam aos objetivos coloniais e ao controle pelos Estados nacionais - o que faz com que populações tradicionais recorram a esses ambientes marginais na busca por autonomia e sobrevivência. Neste sentido, as formas de habitar a “área urbana” de

² O projeto “Narrativas do Passo dos Negros” é resultado de ações desenvolvidas desde 2014 no âmbito do projeto de pós-doutorado “Um olhar sobre o passado e o presente do negro em Pelotas: possibilidades de inclusão da comunidade no discurso e na prática arqueológica”, com coordenação da professora Dra. Louise Prado Alfonso. Inclui, ainda, dados etnográficos decorrentes de outros projetos desenvolvidos pelo Geeur, como, por exemplo, o projeto “Errando se aprende a errar”, o “Viagens etnográficas” e o “Inventário Nacional de Referências Culturais: Lida Campeira”, coordenados pelos professores Dra. Flávia Rieth e Dr. Francisco Pereira.

Pelotas justapõem diversos modos de existir, alguns deles praticados a partir dos banhados, com moradores em sua maioria vindos da zona rural, em busca de melhor qualidade de vida no centro urbano (ALFONSO, RIETH, 2016). Uma vez na “cidade”, precisam ocupar os territórios sem urbanização na periferia, embora muitas partes no centro estejam “abandonadas”, “virando mato”, com quadras cheias de “casarões” arruinados. Do campo, trazem o manejo com os bichos - como vacas, ovelhas, cavalos - ainda que consigam reproduzir a criação apenas de forma diminuta, “em redor da casa”. Desse modo, buscam pelos espaços à beira dos cursos d’água, pelos campos banhados, onde se sobrepõem aos diversos regramentos fundiários (LIMA, 2020; MATHIAS, 2020; SILVEIRA, 2020; BARRETO, 2022).

De acordo com Melina Silveira (2020), é necessário ressaltar as alterações no Plano Diretor pelo poder público municipal de Pelotas, especialmente, no que se refere às Áreas de Preservação Permanente (APP). No Plano Diretor de 2008 os banhados existentes no Passo dos Negros estavam mapeadas enquanto “Área Particular de Especial Interesse Ambiental Natural”, por atuarem como esponjas das águas do Canal São Gonçalo. Por conseguinte, no Plano atual, revisado no ano de 2018, estas áreas foram suprimidas para regularizar condomínios, de tal forma que restou somente a orla do canal. Por conseguinte, enquanto nos Planos anteriores a região do Passo dos Negros era reconhecido como zona rural, não sendo incluído nas diretrizes da legislação urbana, na revisão, em 2018, passou a ser identificada como “vazio urbano”, seguindo o histórico de invisibilização das populações que ali vivem (SILVEIRA, 2020).

Segundo Taussig (2018), a ocupação das áreas alagadas por camponeses, indígenas, pescadores, pecuaristas familiares, serve como justificativa para a ausência de assistência por parte do poder público, tendo em vista a dificuldade de administrar um ambiente onde o acesso e a manutenção são incertos - e cujos limites não são fixos. Quando aparece, o Estado e os seus “megaprojetos” costumam se engajar na transformação dos banhados em “ex-banhados” [*x-swamp*], enquanto aquelas populações que conviviam com os ciclos das águas são “transferidas”, “reassentadas”, “removidas”, entre outros jargões usados para a expulsão dos moradores, vistos como incompatíveis com um modo de vida urbanizado. A eles cabem as “casinhas do governo”, com blocos padronizados de apartamentos ou de casas voltadas à “habitação popular”, onde famílias dos diferentes territórios são agrupadas. Para o antropólogo, é uma guerra “contra” a natureza, contra a água e contra os seus habitantes, na qual a presença dos “megaprojetos” reflete a existência dos “mini-Estados”.

Nossas andanças através de Pelotas são acompanhadas por carroceiros, charreteiros, pescadores artesanais, pecuaristas, campeiros, catadores de material reciclável, líderes afro-religiosos, pesquisadores, estudantes, atentos às linhas de vida da cidade, sobre as quais a especulação, a financeirização e a verticalização urbana avançam, desencadeando conflitos. Da mesma forma, os campos banhados do Canal e da Lagoa tornam possível a pecuária, a pesca e a caça de animais silvestres. São, justamente, as margens que possibilitam dar andamento ao seu modo de vida, o qual inclui, além de cães e de gatos, em alguns casos, a criação de galinhas, patos, marrecos,

gansos, codornas, coelhos, cavalos, ovelhas, porcos, cabras, vacas, entre outros, fundamentais para a segurança alimentar e manutenção das famílias. Os animais ficam nos quintais, mas podem ser vistos pelos campos e hospedarias que permeiam as áreas residenciais.

Em alguns casos, os animais também avançam sobre o centro, onde são encontrados pastando em praças, campinhos, terrenos baldios ou calçadas, ou quando as carroças disputam espaço entre automóveis e ônibus. Nesse sentido, destacamos as relações com os bichos do campo em Pelotas, possibilitando outras leituras sobre as cidades “modernas”, por meio da etnografia nas beiras do urbano e da presença remanescente da pecuária no Rio Grande do Sul.

PASTOREAR NAS VILAS

O Sr. Camilo é peão campeiro e artista plástico. Atualmente, reside na Balsa, uma área localizada às margens do Canal São Gonçalo, em Pelotas. Sua família morava na “Avenida Cidade de Rio Grande”, por onde passavam as tropas em direção ao frigorífico Anglo. O pai trabalhava numa fábrica de tecidos e “também era metido a gaúcho, sempre lidando com bichos, com cavalos”. A mãe, por sua vez, costurava e tinha uma “leitaria” - empreendimento de produção leiteira. Os dois compraram a casa quando Camilo tinha cinco anos, pois onde moravam a cidade já se constituía e “estava tudo apertado”, o que dificultava a manutenção do gado leiteiro. “Eles se mudaram para lá porque tinha mais campo, mais espaço. Largavam as vacas lá para baixo e só ia buscar à tardinha.” Na época, a região do Navegantes, da Balsa e do Passo dos Negros “era tudo campo”. “Tinha uma casinha que outra.”

Depois foi a vida marcada pelo trabalho de peão campeiro na pecuária extensiva. Uma vida entre a lida nos campos da região, campos “lisos” e “dobrados”, “baixos” e “altos”, marcados por banhados e aguadas, e a oficina, talhando com diversas ferramentas essas experiências na madeira. Atualmente, Camilo mantém com outros peões uma hospedaria para equinos, nos arredores de Pelotas, e a residência nas imediações da região da Balsa, onde fica sua oficina/atelier/galpão. Conforme conta, as observações que faz na lida com bois e cavalos servem de estudo para as esculturas, posicionando-o como um observador engajado no mundo ao seu redor. “As pessoas ficam muito curiosas e me perguntam: ‘como tu sabe os movimentos?’ Eu respondo: ‘a minha faculdade foi o campo’.”

Da mesma forma, o peão-escultor localiza na cidade as transformações e as camadas no espaço e no tempo através dos vestígios nos quais os traçados fundacionais de Pelotas se sobrepõem. Nas imagens que constrói, ele aproxima o passado e o presente - ou o passado no presente - da cidade. “A gente era guri e as tropas passavam. Era bastante gado! Aquilo custava a passar. A gente ficava olhando. Aquilo me encantava. Veja a tendência já da coisa. Eu gostava muito de fazer bonecos de barro. Então, quando

vinham as tropas, eu ficava faceiro, pois os bois socavam o barro na beira do canal - tinha um canal desde aqui de cima da Tiradentes, que escoava água em direção ao São Gonçalo. Na beirada juntava muita argila cinza e a boiada, quando passava, sovava, e eu, igual a ‘forneira’ [*Furnarius rufus*]³, saía correndo e juntando para fazer meus bonecos.”

A casa-oficina de Camilo está localizada a algumas quadras do antigo frigorífico Anglo, onde, atualmente, fica o *campus* da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Camilo trabalhou nas caldeiras do Anglo. “É o que mete pressão, que faz a fábrica toda girar, é as caldeiras.” O terreno em frente à sua casa era o depósito da lenha: “Isso eram pilhas e pilhas de lenha. Os caminhões vinham de fora e descarregavam aí. Porque era assim: aqui eram as mangueiras⁴, atrás das mangueiras era espaço, era o estoque de lenha. Isso aí era uma quantidade de lenha. Então, eles tinham um caminhãozinho que só carregavam daqui para lá, para dentro.” O local também pertence ao patrimônio da UFPel: é um terreno baldio, tomado por mato, usado para descarte irregular dos entulhos da construção civil e para deixar animais durante o dia.

Quando o Anglo fechou, durante os anos 1990, Camilo foi trabalhar em remates de gado e como peão, em estâncias como a “dos Assumpção”. “Eles eram donos de quase tudo lá, desde a ponte do Laranjal para lá. A sede da Estância estava localizada na Galatéia, mas tinham campo na região do Centro Português até a Barra, aí era área de banhado”. Conforme conta, nestes campos existem lugares de difícil acesso, onde o gado consegue acessar, mas o peão não: “Ali tem três ilhotas que a gente não vê. Só indo ali para ver. O gado vai entrando e vai abrindo caminho. O gado passa tranquilo. Enterrava um tanto assim aquele barro. E os cavalos tinham dificuldade de entrar lá, porque o boi tem o casco rachado”.

Camilo cita os “sumidouros” como um lugar de risco para o cavalo e o campeiro em campos banhados. “Naquela estrada que desce para o Valverde - hoje tem umas casas ali - aquela faixinha nova, naquele arame ali, dali, daquele arame para cá era nós, nós que cuidava. E ali, bem ali, uns 200 metros do arame, tem um sumidor. Se entrasse ali era só a cabeça do cavalo de fora”. Um dos campos da lida ficava onde hoje é o Centro Português, marcado por banhados, matos e muita figueira. Neste campo, segundo ele, “tem três figueirão, parece que elas se juntaram e fecharam”. Neste lugar fez uma mangueira, “chegava de tardezinha, eles [*o gado*] vinham para baixo das figueiras, prá volta, pro sequinho e dormiam”. As figueiras ficavam próximo à casa do posteiro e este manejo dos animais era para a segurança contra o abigeato.

Outra dificuldade que torna a *lida brabíssima* (RIETH *et al.*, 2016) é a recorrência de enchentes: “No Canal não precisa de chuvarada, é só virar o vento e a água da lagoa

³ O João-de-barro ou forneiro é uma ave conhecida por seu característico ninho de barro em forma de forno (característica compartilhada com muitas espécies dessa família).

⁴ Estrutura cercada para manejo dos animais.

represa”. Conforme Camilo, “o campo do outro lado - a estância dos Oliveira - vira o vento e empurra a água da Lagoa, do Oceano, e empurra a água para cá. E já dá enchente.” Nestas situações o campeiro deve tirar o gado nadando. Caso não tenha “campo alto”, com morros e coxilhas para deixar o rebanho, pode perder algum animal. Na época de cheia é possível ver alguma cobra cruzeira, “bem criada, bem velha”, pois na região o gado convive com cruzeiras, ratões-do-banhado, capivaras, preás e pássaros em migração.

Quando os campos da região não estão alagados, se revelam como campos planos e baixos.. Conforme Camilo: “campo baixo é sempre melhor. Campo baixo é mais criador, a pastagem nativa é bem melhor, mais engordadeira. Campo alto geralmente é ruim de pasto, dá mais sujeira na terra do que grama, pasto ruim.” A mobilidade demandada para a manutenção de humanos e de animais na periferia envolve o conhecimento praticado da/na/com a cidade e dos/nos/com seus diversos espaços, tendo em vista as possibilidades de usos de acordo com as temporalidades (ECKERT, ROCHA, 2013).

Em uma das caminhadas no Pontal da Barra, localidade no encontro da Lagoa dos Patos com o Canal São Gonçalo, fomos recebidos pelo Sr. Leonardo, que é pescador artesanal e pecuarista. Ele também é conhecido do Sr. Camilo, a quem identifica como pertencente a uma família antiga de peões campeiros, “são dois irmãos [*de geração mais jovem em relação a do Camilo*] que se criaram ali trabalhando em estância, para as bandas do Pontal da Barra”. Na ocasião, o Sr. Leonardo mencionou sua experiência na lida na pecuária. Atualmente, ele atua como pescador e, no período de defeso, pode ajudar em algum serviço como pedreiro. Em sua narrativa, o Sr. Leonardo mencionou a mobilização da comunidade para permanecer no Pontal da Barra, referindo-se aos conflitos ambientais no local, pois desde os anos 1980 o Pontal sofre com propostas de loteamento residencial em uma área habitada por pescadores e trabalhadores de classes populares.

Na ocasião, o Sr. Leonardo relatou ações realizadas pelo Poder Público de remoção dos moradores, diante das alegações de causarem impacto ambiental nos banhados ou por viverem em área de risco. Ele argumenta sobre o direito de viver no lugar a que pertence: “Eu gosto daqui. Já faz tanto tempo aqui, não me vejo mais longe daqui. É que estou tentando ficar, não sei se vão deixar. Vamos ver aí na Justiça, mas se me tirarem daqui vou morrer.” Entre os motivos que orientam a escolha do local está a proximidade com a Lagoa, com a pesca, trabalho de parte dos moradores e uma das fontes de renda das famílias. A disponibilidade dos canais, arroios, lagoas e córregos possibilita a prática da pesca, mesmo para aqueles que não trabalham como pescadores artesanais.

CAÇAR E PESCAR NA CIDADE

Seu Pedro é daquelas pessoas “da colônia” do campo de Canguçu/RS, que chegou na periferia de Pelotas nos anos 1970, quando a industrialização demandava muita mão de obra. Ele é conhecido do Sr. Camilo, pois habita há muito tempo o Passo dos Negros, Ao chegar, conseguiu emprego no frigorífico Anglo e, a seguir, passou a trabalhar com beneficiamento de arroz no Engenho Coronel Pedro Osório, no Corredor das Tropas, onde foi “serviço geral”. “Eu trabalhei nas oficina, eu trabalhei como bombeirista, como tratorista, eu trabalhei capinando roça, até abrindo valeta na volta eu trabalhei.” Haviam “quadrinhas”, moradias ao redor do Engenho, para os funcionários. Assim os homens ficavam disponíveis para o trabalho, enquanto as mulheres costuravam os sacos para estocar arroz. Já as crianças podiam estudar na escola do Engenho, a única da área, em ruína, atualmente. “Tinha muitas quadrinhas que foram demolidas, onde tava o pessoal na firma tinha moradia garantida, depois foi tudo demolido.”

Desde que chegou em Pelotas, Seu Pedro mora na periferia, no “Passo dos Negros”, “Corredor das Tropas” ou “Estrada do Engenho”, como é chamada a localidade, oficialmente a Avenida Leonel de Moura Brizola, à beira do Canal São Gonçalo. “Eu morei naquela ponta lá, depois passei, eu tinha uma leitaria na ponta ali, depois de vinte anos num lugar ia passando pro outro; morei do lado do muro ali, agora passei pro lado de cá. Já faz um bocado de ano que tô nessa área aqui.” Ele vive com a família numa “casinha”, entre as ruínas do Engenho e o muro do condomínio residencial erguido nos últimos anos. Sua residência fica ao lado da “Ponte dos Dois Arcos”, monumento construído por escravizados em meados do século 19, da qual Seu Pedro é um dos guardiões. “Eu moro ali, na beira dum Patrimônio Histórico, que é um pontilhão, que é onde passava as tropas que vinha para as charqueadas.”

O Passo dos Negros foi um local de desembarque dos escravizados, trazidos pelos navios negreiros até o porto do Rio Grande/RS, de onde rumavam pela Lagoa dos Patos até o Canal São Gonçalo. Ao mesmo tempo, tropeiros, cavalos, cachorros e bois cruzavam o Canal e seguiam a trajetória pelo Corredor das tropas até a região denominada de Tablada. A Ponte dos Dois Arcos permitiu a entrada da riqueza na cidade, possibilitando o cruzamento dos imensos rebanhos abatidos por trabalhadores negros, tanto nas charqueadas do século 19, quanto nos frigoríficos que as sucederam no século 20. Por baixo da Ponte cruzam as águas que vão desembocar no Canal São Gonçalo. Seu Pedro lamenta que antes da construção do condomínio havia muito peixe, “jundiás”, neste pequeno canal. O esgoto das residências passou a ser jogado no canal, o que ocasionou a morte dos peixes, segundo ele (LIMA *et al.*, 2017).

“Tudo ao redor era Passo dos Negros”, afirma Seu Pedro. “Eles reconhecem só esse quadrinho aqui como Passo dos Negros, né?! Não é só aquilo ali: a chácara da Brigada, o Umuarama, as charqueadas, o Engenho. Tudo isso aqui é Passo dos Negros, tudo isso aqui é Patrimônio.” Com o fechamento no Engenho, no final do século 20, o local arruinou. “Virou um ferro velho”, nas palavras do guardião, mas os trabalhadores seguiram lá. Seu Pedro é aposentado e faz a reciclagem de materiais. Ele possuía cinco

cavalos, que habitavam os “terrenos baldios”, sendo animais de tração para fretes e para recolhimento dos resíduos pela cidade. O terreno onde deixava os cavalos era de um grande produtor de arroz, porém não havia cercas e os proprietários não se preocuparam em fechar. A proximidade com o Canal São Gonçalo deixou na memória do morador os dias de chuvaradas e de enchentes, capazes de levar casas, bichos e coisas, quando tinham que começar tudo de novo.

As andanças pelo centro, com cavalos, carroças e charretes, marcam, de forma semelhante, a “caça” por “bicos”, “fretes”, “carretos” com o transporte de bens e pessoas até a periferia da cidade, onde o transporte público não chegou. Segundo o antropólogo John Dawsey, em sua etnografia no “Jardim das Flores”, periferia de Piracicaba/SP, durante os anos 1970, a caça é um dos afazeres preferidos de quem mora no campo:

Embora o ato de caçar, quando praticado no norte de Minas, seja de natureza intermitente, ele transfigura-se no Jardim das Flores, via iluminação profana, em um imperativo cotidiano: “caçar emprego”. Sinaliza-se um estado de escassez. Aquilo que poderia sugerir a realização de um sonho - a transformação de uma atividade lúdica e intermitente do sertão mineiro em coisa cotidiana - provoca um estremecimento (2013: 137).

No século 21, condomínios voltados à classe média verticalizaram a ocupação do Corredor das Tropas, nos banhados do São Gonçalo, por meio da edificação de moradias e de prédios para apartamentos e escritórios. São residências voltadas para funcionários públicos, profissionais liberais, professores, empresários, comerciantes, bem como para escritórios, agências de comunicação e consultórios, onde a criação de ovelhas, cabras, cavalos e galinhas não está prevista, contemplando apenas “pets”. O aumento do fluxo dos caminhões durante as obras e o trânsito dos automóveis dos moradores gera diversos impactos ao ambiente e aos animais que os habitam, bem como aos bens culturais salvaguardados pelas populações que vivem à margem da cidade, como as figueiras centenárias e a Ponte dos Dois Arcos. Os moradores, algumas vezes, se colocaram diante das máquinas, impedindo assim os danos, em alguns casos, porém, ao retornar do trabalho, encontravam avarias e árvores derrubadas (MATHIAS, 2020; LIMA, 2020).

Os prédios buscam retomar a urbanização no Passo dos Negros, deixado de lado no início do século 19, oferecendo, entre outros elementos, o contato com a “natureza” do Canal, embora sua edificação tenha afastado muitos animais silvestres e de criação. Os condomínios contam com algum paisagismo, iluminação, segurança privada, vigilância por câmeras, guaritas de identificação, muros, cercas, serviço de jardinagem e áreas de lazer, utilizadas para tomar chimarrão, realizar atividades físicas e fazer *selfies*. No interior de um dos conjuntos de prédios é possível atravessar uma ponte sobre um “lago”, um açude construído artificialmente, e realizar compras com autoatendimento, por meio dessas “lojas-container”, as quais oferecem bebidas e outros produtos ultraprocessados.

Para além da segurança alimentar, a caça e a pesca na periferia carregam um caráter lúdico, pedagógico e geracional. As práticas venatórias são consideradas

atenuantes em um cotidiano de horror e de fome; são fontes dos muitos “causos”, que reforçam as conexões entre o rural e o urbano, tão presentes na vida dos interlocutores. O ratão-do-banhado é considerado uma caça saborosa, doce e macia, comum nos campos banhados, onde moram em tocas nas encostas dos arroios e cursos d’água. Uma iguaria que faz parte do cardápio em diversas comunidades rurais e foi mantida na alimentação por algumas famílias na região. Segundo os interlocutores, os ratões-do-banhado são bichos que comem apenas “ervas”, “chás” e “matos”, logo, possuem uma carne “leve” e “limpa”. Além de ratões, são caçadas lebres, veados, preás, capivaras, tartarugas, tatus, jacarés, pombões, jacus, perdizes, caturritas, entre outros bichos que vivem ou fazem ninhos/tocas nos matos e campos, nos banhados e encostas.

Os atravessamentos dos carroceiros pela cidade servem, ainda, para a coleta dos pedaços e das peças urbanas, que passam a compor casas e instalações na periferia. Nas visitas ao Passo dos Negros, é comum notar que as moradias mudaram desde a última passagem, sendo feitas novas “partes”, ou com a desconstrução dos cômodos; o mesmo vale para as cercas e galpões no terreno. As residências, quartos, áreas cobertas, galpões, chiqueiros, galinheiros e demais peças podem ser reconfiguradas, aumentadas ou diminuídas, utilizando partes novas para criar outros cômodos, conforme a necessidade da família. Mesmo “entulhos”, restos de tijolos, paredes, telhas ou cascalhos, podem ser usados ao redor da moradia ou na entrada, para diminuir o barro das ruas sem calçamento, aumentando o conforto dos moradores e dos animais. Madeiras, lonas, brasilites, portas, entre outros objetos, passam a ser “encerras”, cercas e galpões para os bichos de criação e de estimação.

O constante avanço da “urbanização” sobre partes descritas como “vazias”, sem moradias humanas, tem pressionado áreas residuais, como alguns campos banhados acessados por moradores da periferia. Quando existentes, esses campos podem servir de espaços coletivos, onde diferentes famílias deixam seus animais ou recorrem para o corte do pasto e coleta de lenha. Vacas, cavalos, pôneis, ovelhas e cabras podem ser vistos pastando nesses locais ao longo do dia, amarrados com cordas ou soltos. Os interlocutores contam que os bichos gostam dos banhados, pois, além da sombra do mato e da água, o pasto está sempre se renovando, conforme os avanços e recuos hídricos. Nos últimos anos, por exemplo, uma série de protestos têm sido organizados para preservar o banhado urbano do Arroio Pepino, localizado entre as avenidas Bento Gonçalves e Juscelino Kubitschek de Oliveira e a rua General Argolo, que passou a ser alvo de projetos de licenciamento para a construção de edifícios.

De acordo com o relatório da Comissão para Assuntos Ambientais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, 2021), os apontamentos por parte do “empreendimento” buscam apresentar o lugar enquanto um “banhado que não é banhado”, ou um “ex-banhado”, nos termos de Taussig (2018). Segundo o Relatório da UFPEL, tal afirmação pode ser comprovada apenas com análises do pólen nos sedimentos do fundo do corpo d’água. Argumentos contrários foram apresentados, também, a partir de documentos, mapas e fotografias aéreas da zona urbana de Pelotas de décadas atrás e apontam que o banhado abriga diversas espécies da fauna e da flora. Entre as aves silvestres que o

habitam, o trabalho cita garças-branca, garças-moura, gaviões, quero-queros, galinhas-d'água, pombões. anús-branco, pica-paus-do-campo, carcarás, cardeais, beija-flores.

Os engajamentos do Sr. Camilo, do Seu Pedro, do Sr. Leonardo, entre outros moradores, evidenciam as “alteridades em deslocamento” (ECKERT, ROCHA, 2020), considerando os múltiplos ritmos da cidade e suas repercussões sobre os modos de vida de campeiros, pescadores, pecuaristas e coletores. A experiência do Sr. Leonardo remete à tentativa de supressão das pessoas dos campos das bordas dos corpos hídricos, área para onde a urbanização se expande e, ao mesmo tempo, abarca memórias dos conflitos ambientais na perspectiva dos moradores e pescadores no Pontal da Barra. Já Seu Pedro transita pela periferia da cidade e reúne ao redor do seu pátio o material descartado na área urbana, ao lado de um “pontilhão” histórico e de outras ruínas do progresso, enquanto encara da sua residência o muro nos fundos de um condomínio. E o Sr. Camilo é capataz, peão-campeiro na cidade, nas áreas remanescentes dos campos para a pecuária extensiva e nas hospedarias que reúnem animais na cidade.

Em um dos encontros com o Sr. Camilo e alguns campeiros na hospedaria a qual ele toma conta, ocorrido em 2019, ouvimos o seguinte relato com relação a ocupação do território pela expansão urbana: “Aqui já foi uma charqueada, hoje é uma hospedaria e amanhã um prédio de apartamentos”, apontando o avanço da verticalização na cidade pelo processo imobiliário especulativo.

CATAR E COLETAR NO URBANO

Seu Pedro utiliza sua “charrete” ou “carroça” nos trabalhos pela cidade, por onde leva e traz coisas e seres. Os charreteiros recolhem parte do material reciclável que os moradores de Pelotas produzem, embora a presença das carroças seja repudiada no centro (BARRETO, 2022). Ainda assim, existem diversos locais onde carroceiros ficam parados no meio fio, nas “ruas de trás”, nas proximidades das lojas de construção, supermercados e armazéns. Formam filas e realizam corridas ao longo do dia. Nos trajetos que fazem pela cidade, podem realizar a coleta das diversas coisas que os percursos apresentam. Os cavalos costumam ser domados para esse fim, ficam nas praças, parques, calçadas, campinhos de futebol e terrenos baldios da cidade, onde convivem com o fluxo de pessoas e de automóveis.

A presença das carroças, cavalos e outros bichos do campo era comum no ambiente urbano brasileiro no século 19, onde escravizados, negros livres (“forros”), peões campeiros, campesinos, tropeiros, ervateiros, indígenas, realizavam diversas atividades, como a entrega de água, de leite, de frutas, de doces, de peixe, de carne e de outros produtos rurais, bem como para a limpeza e a coleta dos resíduos domésticos. A dissertação de Janaina Xavier (2010), a respeito do saneamento em Pelotas, mostra como os carroceiros costumavam entregar d'água diariamente nas casas das famílias abastadas, enquanto outros levavam carroçadas com dejetos em “cabungos”, recipiente

para recolher fezes, que eram despejadas no Arroio Santa Bárbara. Nos anos 1890, conforme o aumento do comércio e da presença dos transeuntes no perímetro central, medidas higienistas foram tomadas para “civilizar” o ambiente urbano, as quais incluíram o aumento da frequência da coleta e a circulação dos “cabungueiros” a partir das 5h da manhã. Contudo, tais medidas nunca conseguiram controlar a circulação dos “carroceiros” na cidade, sendo um projeto de modernidade reiteradamente frustrado por uma realidade precária.

No Passo dos Negros, bem como nas outras comunidades pela periferia de Pelotas, as carroças ficam estacionadas “no redor” da casa. Uma carroça é uma bricolagem, ela mesma resulta da junção das “partes” da cidade. Sua funcionalidade mobiliza madeiras, eixos para rodas, pneus de carro, lonas, cordas, fios, bancos, ferraduras, arreios, selas, correntes, chicotes, cavalos e carroceiros. Servem como meio de locomoção com tração animal e são recorrentes entre populações pobres das “vilinhas”, onde as famílias utilizam esses veículos para a manutenção e autonomia. As carroças ajudam no transporte dos familiares e na hora de fazer “bicos”, “carretos”, quando carregam móveis, eletrodomésticos, animais e pessoas, conforme o pedido ou a encomenda do cliente. Algumas são enfeitadas, com fitas, laços, frases, placas. Outras são pintadas com diversas cores. Certos carroceiros utilizam cds, dvds, fitas metalizadas e refletores de bicicleta na parte traseira, assim podem conduzir nas ruas sem iluminação na cidade com menos riscos.

A pesquisa do antropólogo Éric Barreto sobre a presença dos charreteiros e dos “cascos no asfalto” de Pelotas aponta que a Lei do Programa de Proteção Animal, instituída pela prefeitura em janeiro de 2016, previa a substituição dos veículos de tração animal dentro de quatro anos. Segundo o pesquisador, os charreteiros são trabalhadores que usam um animal de grande porte, o que ativa o imaginário de fazenda, para puxar um veículo com pneus aptos ao asfalto urbano.

Habita a cidade, mas em suas áreas mais próximas às árvores, córregos, terra e lodo. Seu cavalo é animal de trabalho, mas também de estimação. Confunde as temporalidades, em sua prática considerada por muitos arcaica e incompatível com a atualidade, ao mesmo tempo em que é vanguarda ao coletar materiais recicláveis. Esse charreteiro genérico é, para o senso comum, “vítima” e “vilão”: um exemplo acabado dos frutos da injustiça social que persiste em nosso país, por isso objeto de atenção pública e de programas sociais; paralelamente é algoz contumaz de animais débeis e subnutridos que padecem entre os automóveis (2022: 19-20).

O “carreto” pode ser a opção mais em conta quando comparado com o valor das passagens de ônibus ou cobrado por caminhoneiros. Além disso, certas mercadorias não cabem nos táxis e carros por aplicativo, ou pode ser impossível carregá-las a pé do ponto de ônibus até a moradia. O cliente pode ainda ir de carona na carroça, o que ajuda a economizar o valor do transporte. As carroças podem ser conduzidas por uma pessoa, mas não é incomum ver casais, duplas ou mesmo famílias realizando as atividades. Podem, ainda, ser acompanhadas por cães, que seguem correndo ao redor ou são levados com os humanos e coisas dentro da carroça.

Há, ainda, aqueles carroceiros que “roçam” os campos, quando limpam pátios baldios, calçadas, acostamentos de rodovias, terrenos públicos, ou deixam os seus bichos pastando até diminuir a quantidade de “mato”, tanto em áreas residenciais do centro quanto na periferia. Algumas áreas centrais da cidade formam “vazios” urbanos, com diversas casas “abandonadas” em certas ruas, onde a especulação imobiliária ronda. Cabe aos donos a manutenção da calçada e a limpeza do terreno. Alguns carroceiros recebem para realizar a limpeza, com a capina do mato e a retirada do lixo regularmente, quando podem cortar um pouco de pasto, brotos e árvores para a alimentação dos animais. Mesmo quando não conhecem os donos, podem deixar os cavalos e bois pastando, amarrados por uma corda, do início da manhã até o fim da tarde. A utilização dos cavalos nos “fretes” e na venda dos materiais recicláveis; a coleta de alimento para os bichos de criação; a disponibilidade das praças públicas; os terrenos baldios, entre outros empreendimentos, são elementos fundamentais para a subsistência das famílias nas comunidades periféricas.

São os carroceiros que auxiliam no descarte correto do lixo produzido pelos moradores de Pelotas, que ultrapassa a capacidade dos contêineres e das lixeiras distribuídas na cidade. A coleta de lixo pelo poder municipal não é diária e a coleta seletiva ocorre apenas em dias específicos e em determinadas “regiões administrativas”. Em alguns casos, o descarte é realizado de forma irregular, em terrenos baldios, praças públicas, áreas de mata ou de proteção ambiental; em outros casos, podem ser feitos descartes de móveis usados, eletrodomésticos estragados ou vestimentas, que vazam das lixeiras e se acumulam nas calçadas. Certos carroceiros juntam alumínio (“latinha”) e outros metais, como ferro e cobre, valorizados por serem os mais bem pagos nos “ferros-velhos”, comércio de recicláveis que existem nas periferias, pelas “ruazinhas” e “becos”. Outros coletam papelão, papel e plástico, colocados na parte traseira da carroça e em grandes sacos pendurados ao seu redor. Por sua vez, determinados carroceiros juntam restos de alimentos em tonéis, que servem para a alimentação dos porcos, cabras, pôneis, coelhos e galinhas, criados ao redor do pátio, em chiqueiros, gaiolas e cercados.

Entre um destino e outro, podem catar alimentos da estação para a família ou para os bichos. Por atravessarem diversas regiões, conhecem as “taperas”, casas abandonadas no mato, onde encontram “arvoredos” e roças, acessadas para a coleta de frutas, legumes e vegetais. Locais como bangalôs e casas de férias na beira da Lagoa dos Patos são habitadas apenas durante feriados e no verão, assim, podem entrar no terreno para catar frutas da estação ou deixar o gado pastando até “limpar” o pátio. Quando os vegetais coletados estão “passados”, servem para a alimentação dos bichos, ou podem ser guardadas as sementes para plantar nas roças pelos pátios e cercanias. Em contrapartida, alguns loteamentos privatizaram “capões” de mato de uso comum, utilizados para o abrigo do gado e para a caça de animais silvestres, conforme o loteamento e a construção na beira da laguna.

A origem no campo faz com que muitos moradores da periferia busquem plantar hortas e roças, quando possível, nos quintais, nas calçadas ou nos terrenos baldios, com milho, cenoura, batata-doce, abóbora, moranga, mogango, chuchu, cana-de-açúcar, mandioca, melancia, feijão, beterraba, rabanete, couve, entre outros cultivos. Para proteger a plantação dos animais “roceiros”, como ovelha, cabras, lebres, ratões-dobanhado, fazem cercas com madeiras e outros restos. As roças servem tanto à alimentação da família, quanto aos animais de criação, quanto para a troca com vizinhos. Outros tentam introduzir plantas do mato ao redor da casa, onde podem ter figueiras, pés de maracujá, pitangueiras, laranjeiras, mamoeiros, bananeiras, marmeleiros, abacateiros, goiabeiras, vistas nas “quintas”, pomares de árvores frutíferas, mas, também, nas “praças” ou “campinhos” nos territórios. As árvores servem de abrigo para animais, pessoas e carroças, enquanto folhas e cascas dos alimentos são dadas aos bichos de criação.

Os carroceiros costumam deixar os materiais coletados no pátio, ou “ao lado da casa”, até ter a quantidade suficientemente boa para a venda, enquanto alguns objetos são incorporados à casa, dependendo do estado de conservação - ou podem ser trocados, “briquiados”, com alguém conhecido. Contudo, a circulação das carroças podem causar acidentes e a necessidade de tratamento veterinário. Os cavalos podem fugir entre as ruas, o que gera perigo aos moradores ou atropelamentos, outros são abandonados em praças e terrenos da cidade ao morrerem. Nesses momentos, a questão dos maus tratos e do bem-estar animal aparece como justificativa para a exclusão dos carroceiros do espaço público, utilizando, algumas vezes, a condição de saúde dos animais, sem levar em conta os altos custos envolvidos nos atendimentos veterinários e na aquisição dos medicamentos (ROSA, 2019; BARRETO, 2022).

VILA PRINCESA, VILA MISÉRIA

Os animais domésticos e de criação vivem e transitam por Pelotas, onde uma elite escravista buscou refletir as luzes de Paris no século 19, mas que ainda se vê às voltas com questões básicas de saneamento, iluminação pública e planejamento urbano. A sobrevivência desses bichos do campo, bem como a dos seus donos, depende da mobilidade pelo centro, pela periferia, pelo campo e pela margem, através da ocupação de distintos espaços urbanos, em diferentes temporalidades. A proposta buscou pela perspectiva desde as margens, tentando contemplar relações na cidade para além dos humanos, mas, também, dos animais de criação e das coisas. São formas de habitar Pelotas, vividas por aqueles que nem sempre usufruem todos os bens de consumo que a vida “moderna” produz, como eletricidade, água encanada e cidadania. Uma Pelotas que oferece para parte dos seus moradores um cotidiano de exclusão, com pouco ou nenhum acesso à infraestrutura ou equipamentos públicos de cultura, educação e lazer.

Por sua vez, a criação das vacas, cabras, ovelhas, porcos, galinhas, entre outros bichos, serve tanto para a alimentação familiar com carne, leite e ovos, quanto para a

comercialização com casas de Batuque, “Nação”, presentes em todos os locais da cidade. O leite de cabra costuma ser compartilhado entre os moradores com crianças pequenas, pois é considerado “forte” e ajuda no “crescimento”. O couro das ovelhas, vacas e cabras é utilizado em pelegos e tapetes, na decoração da casa e dos galpões, na cobertura dos móveis, como sofás ou bancos das carroças. Os limites entre os animais domésticos e de criação não são rígidos, em dias de frio intenso, de “chubaradas”, ou de “geada”, os animais ou os seus filhotes podem ser trazidos para dentro da casa, onde ficam perto do fogão à lenha ou sobre cobertas e papelões.

As periferias, os campos banhados, as aguadas, os “vazios” no ambiente, os matos de uso comum, refletem o segundo plano ao qual as populações tradicionais e camponesas são delegadas quando vivem na cidade, bem como o fato dos banhados passarem ao largo dos projetos de investimentos para a melhoria das moradias populares. Da mesma forma, é essa ausência que permite a manifestação das outras vidas, dos bichos do campo, dos pequenos rebanhos, dos bichos silvestres, dos peixes de rios, das aves, que compartilham campos com humanos. As ruelas, as “vilas”, as ocupações nas margens urbanas, os “bairros” mais afastados, são locais de cuidado e de convívio entre as famílias e seus animais, relativizando com suas presenças os projetos de uma cidade “moderna”, pensada a partir do predomínio do humano nos espaços públicos, no qual as populações periféricas e seus bichos são evitados. Quando a infraestrutura alcança algumas áreas marginais da cidade, ela não está destinada às populações tradicionais, interrompendo vínculos com os territórios e demandando o aumento da mobilidade por áreas cada vez mais descontínuas entre si.

São contatos e reconhecimentos mútuos de difícil mediação. Para muitos interlocutores, os projetos de “revitalização” por parte de “empreendimentos” públicos e privados, quando aparecem, objetivam a retirada dos moradores com base na sobreposição dos regulamentos municipais, estaduais e federais quanto às “áreas de preservação ambiental”. Porém, tais espaços preservados na cidade existem atualmente com as populações periféricas, algo evidenciado nas propostas de condomínio que inventam “banhados que não são banhados”, ou que fazem lançar seu “esgoto a céu aberto”, ou seja, dos cursos hídricos urbanos, arroios e canais que conectam as vidas de humanos e outros seres nos campos banhados da Pampa. As “casinhas do governo” e outras iniciativas de “habitação popular”, podem levar os moradores até locais sem equipamentos de educação e saúde, sem transporte público, sem calçamento, em territórios distantes dos seu trabalho, o que impacta no trânsito para a coleta de materiais recicláveis ou no cuidado dos bichos, e, em alguns casos, inviabiliza a criação de animais para a manutenção familiar, num momento quando a insegurança alimentar aumenta no mundo⁵.

⁵ Relatório da Onu de 2023, com dados coletados de 2019 a 2021, revela que mais de 60 milhões de pessoas enfrentaram algum grau de insegurança alimentar no Brasil. Disponível em:

No trabalho, percorremos com os interlocutores alguns dos caminhos através de Pelotas, buscando evidenciar etnograficamente a fragilidade dos limites entre os domínios “rurais” e “urbanos” estabelecidos para as cidades modernas, por meio da vida dos humanos com seus bichos pela cidade. Em contraponto, expomos o quanto esse projeto modernizante foi construído a partir da exclusão das populações pobres, camponesas e pecuárias, atraídas para a cidade, mas jamais integradas plenamente aos seus serviços básicos. Dessa forma, buscamos ressaltar a existência dos bichos do campo na cidade, o que faz com que os moradores vivam a cidade e as suas margens: os “vazios” urbanos, as ruínas, as partes “abandonadas” e aquilo que as matas e campos ainda oferecem.

Referências bibliográficas

- AGIER, Michel. 2015. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21 (3): 483-498.
- AL-ALAM, Caiuá. 2007. A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- ALFONSO, Louise; RIETH, Flávia. 2016. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. In: SCHIAVON, Carmem; PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Orgs.). *Patrimônios Plurais: iniciativas e desafios*. 131-147. Rio Grande: Ed. da FURG.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. 1992. Um castelo no pampa - Pedra da memória. Vol. 2. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- ÁVILA, Cristiane et al. 2018. Histórias e memórias: traços de territórios negros em Pelotas/RS. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 4: 1-10.
- BARRETO, Éric. 2022. Cascos no asfalto: etnografia das interações urbanas entre cavalos, humanos e outros bichos. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- DAWSEY, John. 2013. De que riem os boias-frias? *Diários de Antropologia e Teatro*. São Paulo: Terceiro Nome.
- DREYS, Nicolau. 1839. Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Rio de Janeiro: J. J. Villeneuve & C.

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/07/13/relatorio-de-agencia-da-onu-aponta-que-61-3-milhoes-de-brasileiros-sofrem-com-inseguranca-alimentar> Acesso em: 03 dez 2013.

- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. (Orgs.). 2013. Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas de vida urbana. Porto Alegre: Marcavíscual.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. 2020. A arte de narrar as (nas) cidades: etnografia de (na) rua, alteridades em deslocamento. *Revista Hawó*, 1: 2-51.
- INGOLD, Tim. 2015. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. *Horizontes Antropológicos*, 21 (44), 21-36.
- IPHAN. 2018. Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS. Brasília: Iphan.
- ISABELLE, Arsène. 2006. Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul. Brasília: Editora do Senado.
- LIMA, Daniel Vaz. 2020. Pelos (des)caminhos de gentes, bichos e coisas: uma etnografia a pé na pampa brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- LIMA, Daniel Vaz et al. 2017. Os seres da/na cidade: experiência vivida no vilarejo Passo dos Negros, Pelotas/RS. In: Anais da VI ReACT - Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. Campinas: ReACT - Rede de Antropologia da Ciência e Tecnologia, 3: 12-33.
- MATHIAS, Simone Fernandes. 2020. Passo dos Negros: entre narrativas, etnografias e conflitos. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- RIETH, Flávia. 2008. Inventário Nacional de Referências Culturais: produção de doces tradicionais pelotenses. Pelotas: Ed. Universitária UFPel.
- RIETH, Flávia et al. 2016. "Lida brabíssima": a cultura da caça como constituidora da relação entre humanos e animais na pecuária extensiva no pampa brasileiro. *Teoria e Cultura*, 11 (2): 81-91.
- RIETH, Flávia et al. 2019a. Arroio Pepino: caminhadas às margens de um arroio urbano em Pelotas/RS. *Tessitura*, 7 (2): 364-413.
- RIETH, Flávia et al. 2019b. Diário Gráfico - Às margens da Jaguarão: viagem etnográfica entre os cerros e os rios. *Áltera*, 9 (2): 243-272.
- RIETH, Flávia et al. 2022. Nos caminhos da Pampa: inventários culturais e patrimônio imaterial no Rio Grande do Sul. *Interações e sentidos: experiências com o Inventário Nacional de Referências Culturais*. 196-217. Brasília: Iphan.
- ROSA, Patrícia Santos da. 2019. Etnografia de mediações e negociações entre moradores humanos, agentes de saúde e cães na periferia urbana de Pelotas (RS): sobre guarda compartilhada, o direito à rua e os afetos multi-espécie. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. 2002. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal.

- SILVEIRA, Melina Monks. 2020. Territorialidades em disputa: normativas e narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- TAUSSIG, Michael. 2015. *The Corn Wolf*. Chicago, London: The University of Chicago Press.
- TAUSSIG, Michael. 2018. *Palma africana*. Chicago, London: The University of Chicago Press.
- UFPEL. 2021. Banhado Urbano do Arroio Pepino: características naturais, importância e destinação para a população pelotense. Relatório Técnico. Pelotas: Comissão para Assuntos Ambientais.
- VARGAS, Jonas. 2016. “A aristocracia do sebo”: riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890). *Estudios Históricos*, 8 (17): 1-23.
- VIEIRA, Caroline. 2020. Etnografia e diagnóstico socioambiental na Colônia Z3: contribuições para a gestão de recursos hídricos na cidade de Pelotas/RS. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- XAVIER, Janaina. 2010. Saneamento de Pelotas (1871-1915): o patrimônio sob o signo de modernidade e progresso. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.